

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE BIOMETANO

ENTRE

COCAL ENERGIA LTDA.

E

GAS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A.

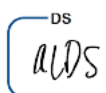


SUMÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS.....	4
CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO.....	9
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DE FORNECIMENTO	9
CLÁUSULA QUARTA - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL	9
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO BIOMETANO E VALOR DO CONTRATO	11
CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA SUPRIDORA	12
CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DA COMPRADORA DE RECEBIMENTO	14
CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.....	15
CLÁUSULA NONA – PONTOS DE SAÍDA E CONDIÇÕES DE ENTREGA	15
CLÁUSULA DÉCIMA – MEDIÇÃO	17
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – QUALIDADE	20
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PARADAS PROGRAMADAS	23
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FATURAMENTO	25
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INADIMPLEMENTO E TÉRMINO DO CONTRATO	28
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – NOVAÇÃO	30
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	30
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO	33
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	35
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	36
CLÁUSULA VIGÉSIMA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	37
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – GOVERNANÇA	38
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS	40
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – CONCORDÂNCIA DAS PARTES	41





DS


DS


**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE BIOMETANO
QUE ENTRE SI CELEBRAM COCAL ENERGIA LTDA.
E GAS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A.**

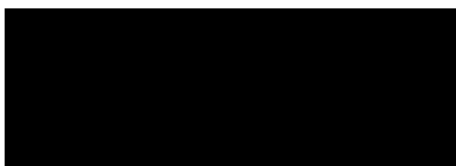
Por este instrumento, as partes adiante qualificadas:

COCAL ENERGIA LTDA, sociedade com sede na Estrada Municipal NRD 267, s/ nº, Prédio B, Fazenda Mosquito, no município de Nanduba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.788.495/0001-70, doravante denominada “SUPRIDORA” neste ato representada por seus representantes legais Paulo Adalberto Zanetti, brasileiro, casado, Diretor Superintendente, portador da Carteira de Identidade nº 1.414.074 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 360.946.179-81, e Ailton Leite dos Santos, brasileiro, casado, Diretor Administrativo Financeiro, portador da Carteira de Identidade nº 32.096.974-5 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 285.549.598-92, com endereço comercial acima mencionado, na qualidade de vendedora, doravante denominada de “SUPRIDORA” ou “Cocal”; e

GAS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A., sociedade por ações, com sede na Via de Acesso Engenheiro Ivo Najm, nº 3.800, Bloco A, no município de Araraquara, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.024.705/0001-37, doravante denominada “COMPRADORA” ou “GasBrasiliano”, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de compradora, sendo a SUPRIDORA e a COMPRADORA também denominadas, isoladamente, “PARTE” e, em conjunto, “PARTES”;

CONSIDERANDO QUE:

- conforme disposto no artigo 25, §2º da Constituição da República Federativa do Brasil, cabe aos Estados explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de distribuição de GÁS CANALIZADO;
- a **GasBrasiliano** é a concessionária para exploração dos serviços públicos de GÁS CANALIZADO na Área Noroeste do Estado de São Paulo, conforme dispõe o CONTRATO DE CONCESSÃO;
- a Cocal deseja vender e disponibilizar BIOMETANO à **GasBrasiliano** e esta deseja comprar e retirar o referido gás, nos termos e condições a seguir estabelecidos;
- a **GasBrasiliano**, intenciona promover e expandir o uso do GÁS CANALIZADO em áreas distantes e desconectadas do Gasoduto de Transporte e, para tanto, necessita obter fontes alternativas e autônomas de suprimento;
- a celebração do presente CONTRATO está alinhada aos objetivos do Programa Paulista de Biogás, instituído pelo Decreto Estadual nº 58.659/12, e tem as suas condições definidas Deliberação ARSESP nº 744/17;



DS
ADS

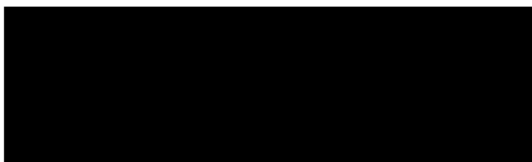
DS
PAZ

RESOLVEM, as PARTES, celebrar o presente contrato de compra e venda de BIOMETANO, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas, que mutuamente outorgam e aceitam, a saber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1. Sempre que grafados em maiúsculas, seja, neste CONTRATO, em seus anexos e/ou aditivos, no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

- i) **AFILIADA:** significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra entidade jurídica que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum, ou seja controlada por essa PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações, o poder de eleger a maioria dos administradores da empresa, ou o poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da empresa.
- ii) **AJUSTE:** significa a operação destinada a fazer com que um instrumento de medição tenha as indicações corrigidas com base no resultado de uma CALIBRAÇÃO.
- iii) **ANO:** significa cada período o período de 12 (doze) MESES contado a partir de determinado DIA de determinado mês até o DIA e MÊS correspondentes do ano seguinte.
- iv) **ANP:** significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478/97 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.
- v) **ARSESP:** é a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, resultante da transformação da Comissão de Serviços Públicos de Energia (“CSPE”) por meio da criada pela Lei Complementar Estadual nº 1.025/07, reguladora as atividades de GÁS CANALIZADO no Estado de São Paulo.
- vi) **ARBITRAGEM:** significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 17.1.
- vii) **ARREDONDAMENTO** ou **ARREDONDADO:** significa o critério de arredondamento assim descrito: se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor; se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.
- viii) **BIOGÁS:** significa o gás bruto obtido da decomposição biológica de produtos ou resíduos orgânicos.



DS
PAZ

DS
PAZ

- ix) **BIOMETANO:** significa o gás constituído essencialmente de metano, derivado da purificação do BIOGÁS, quando sua composição for compatível com a Resolução ANP nº 16/08, Regulamento Técnico ANP nº 1 de 2015, anexo à Resolução ANP nº 8/15 e Deliberação ARSESP nº 744/17 ou outra que vier a substituí-la.
- x) **CALIBRAÇÃO:** significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis a RBC (Rede Brasileira de Calibração).
- xi) **CALORIA:** significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5 °C (quatorze e meio graus Celsius) até 15,5 °C (quinze e meio graus Celsius), à pressão absoluta de 1,01325 (um inteiro, um mil, trezentos e vinte e cinco centésimos de milésimo) bar. Uma Caloria equivale a 4,1855 J (quatro inteiros, mil cento e oitenta e cinco décimos de milésimo Joules).
- xii) **CÂMARA:** significa Câmara de Comércio Internacional (CCI) de acordo com seu Regulamento de Arbitragem.
- xiii) **CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:** significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na Cláusula Dezesseis.
- xiv) **CHAMAMENTO PÚBLICO:** o significado o Chamamento Público nº 001/2018 para a contratação de fornecimento de GÁS NATURAL conduzido pela COMPRADORA.
- xv) **CONDIÇÕES-BASE:** significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 1,01325 bar (um virgula zero um três dois cinco bar).
- xvi) **CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA:** significa a condição do BIOMETANO à temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), 1,01325 bar (um vírgula zero treze vinte e cinco bar) e PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentos quilocalorias por metro cúbico), em base seca.
- xvii) **CONTRATO:** significa este Contrato de Compra e Venda de BIOMETANO, seus anexos e termos aditivos.
- xviii) **DIA:** significa o período de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas a começar às 0 h (zero hora) de um dia calendário, terminando às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do mesmo dia, tendo como referência a hora oficial de Brasília/DF.
- xix) **DIA ÚTIL:** significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente no Município de Araraquara, no Estado de São Paulo e no Município de Narandiba, no Estado de São Paulo.

- xx) **DISPUTA:** significa qualquer controvérsia concernente à interpretação ou à execução do CONTRATO que deverá ser submetida à ARBITRAGEM.
- xxi) **DOCUMENTO DE COBRANÇA:** significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.
- xxii) **FALHA DE FORNECIMENTO:** situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de qualquer dos seguintes fatos:
- a) falta de disponibilidade de BIOMETANO no PONTO DE RECEPÇÃO, nos termos do item 6.1.1.;
- b) desconformidade em relação à QUALIDADE DO BIOMETANO, observado o procedimento ali disposto no item 11.5 e seguintes; e
- c) desconformidade em relação a PRESSÃO DE FORNECIMENTO, observado os termos dispostos no item 6.2.2.
- xxiii) **GÁS NATURAL:** significa o gás composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE.
- xxiv) **GÁS CANALIZADO:** significa o hidrocarboneto com predominância de metano ou ainda qualquer energético em estado gasoso, fornecido na forma canalizada, através de SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO de GÁS CANALIZADO.
- xxv) **INADIMPLEMENTO:** significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas no item 14.1.
- xxvi) **INÍCIO DE FORNECIMENTO:** significa a data definida no item 3.3.
- xxvii) **LEI:** significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, regulação), federal, estadual ou municipal, vigente no Brasil, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria, regulação estadual, inclusive emitido pela agência reguladora estadual a que a COMPRADORA está submetida.
- xxviii) **LEIS ANTICORRUPÇÃO:** significam as normas previstas no item 21.3.



DS
ALDS

DS
PAZ

- xxix) **MÊS:** significa o período de tempo contado do dia do início da contagem do prazo até o dia correspondente do mês seguinte, sendo que, se no mês do vencimento não existir o dia correspondente, este findará no primeiro dia subsequente. Quando não estiver escrito em caixa alta, significa o mês calendário. "MENSALMENTE" será interpretado de modo correspondente.
- xxx) **METRO CÚBICO (m³):** significa o volume de BIOMETANO que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 m³ (um metro cúbico).
- xxxi) **NOTIFICAÇÃO:** significa qualquer comunicação entre as PARTES, cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, conforme definido na Cláusula Décima Nona.
- xxxii) **NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO:** significa a NOTIFICAÇÃO que comunique a conclusão provisória ou definitiva da UNIDADE DE TRATAMENTO DE BIOGÁS, a ser emitida pelo SUPRIDOR, nos termos do Anexo I.
- xxxiii) **PARADA PROGRAMADA:** significa a situação transitória que resulte em redução no fornecimento ou recebimento de BIOMETANO, conforme descrito na Cláusula Décima Segunda.
- xxxiv) **PREÇO DO BIOMETANO (PB):** significa o preço do BIOMETANO, em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme Cláusula Quinta.
- xxxv) **PORTE AFETADA:** significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.
- xxxvi) **PLANTA DE BIOGÁS:** significa o conjunto de instalações da SUPRIDORA, onde o BIOGÁS é produzido.
- xxxvii) **PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR):** significa o PCS de 9.400 Kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO DE BIOMETANO);
- xxxviii) **PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS):** significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do CONTRATO, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE RECEPÇÃO.
- xxxix) **PONTO DE RECEPÇÃO:** Consiste nas instalações necessárias à disponibilização do BIOMETANO nas condições contratuais incluindo o SISTEMA DE MEDIÇÃO de propriedade da COMPRADORA.

- xl) **PRESSÃO DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica medida imediatamente à jusante de determinado PONTO DE RECEPÇÃO.
- xli) **PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica máxima de operação em determinado PONTO DE RECEPÇÃO.
- xlii) **PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica mínima de operação em determinado PONTO DE RECEPÇÃO.
- xliii) **PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica limite de operação admissível no SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO da COMPRADORA, interligado a determinado PONTO DE RECEPÇÃO em questão.
- xliv) **QUANTIDADE DE BIOMETANO:** significa um volume de BIOMETANO, expresso em metros cúbicos nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.
- xlv) **QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC):** significa a QUANTIDADE DE BIOMETANO em base diária prevista na Cláusula Quarta.
- xlvi) **QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP):** significa a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA pela COMPRADORA em cada PONTO DE RECEPÇÃO, que atenda às condições, limites e prazos previstos na Cláusula Oitava.
- xlvii) **QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR):** significa a QUANTIDADE DE BIOMETANO, ARREDONDADA a zero casa decimal, que tenha sido retirada pela COMPRADORA em cada PONTO DE RECEPÇÃO em determinado DIA, calculada de acordo com o item 10.6.
- xlviii) **QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS):** significa a QUANTIDADE DE BIOMETANO solicitada pela COMPRADORA à SUPRIDORA, em cada PONTO DE RECEPÇÃO, conforme Cláusula Oitava.
- xliv) **QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD):** significa a QUANTIDADE DE BIOMETANO nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA efetivamente colocada pela SUPRIDORA à disposição da COMPRADORA no PONTO DE RECEPÇÃO, em um determinado DIA, apurada conforme item 6.4.
- i) **QUANTIDADE FALTANTE (QF):** significa a QUANTIDADE DE BIOMETANO calculada na forma do item 6.3.
- li) **QUANTIDADE MEDIDA (QM):** significa o volume de BIOMETANO, expresso em METROS CÚBICOS, apurado em determinado período no SISTEMA DE MEDIÇÃO de cada PONTO DE RECEPÇÃO.
- lii) **QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR):** significa a QUANTIDADE DE BIOMETANO calculada a cada ANO na forma do item 7.1.

- liii) **QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR):** significa o saldo de QUANTIDADE DE BIOMETANO acumulado pela COMPRADORA em decorrência de pagamentos efetuados à SUPRIDORA de QUANTIDADES NÃO RETIRADAS referentes ao BIOMETANO.
- liv) **QUANTIDADE RECUPERADA (QR):** significa a QUANTIDADE DE BIOMETANO recuperada pela COMPRADORA do remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS, na forma do item 7.3.
- lv) **SENTENÇA ARBITRAL:** significa o laudo definitivo a ser apresentado pelo Tribunal Arbitral às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.
- lvi) **SISTEMA DE MEDIÇÃO:** significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, situado no PONTO DE RECEPÇÃO, sendo a medição efetuada na saída do BIOMETANO da UNIDADE DE TRATAMENTO DE BIOGÁS.
- lvii) **TRIMESTRE:** significa cada período sucessivo de tempo correspondente a 3 (três) MESES contados a partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO. Para fins de exatidão, ao final do período contratual de fornecimento, considerar-se-á TRIMESTRE o período remanescente de tempo, mesmo quando inferior a 3 (três) MESES.
- lviii) **UNIDADE DE TRATAMENTO DE BIOGÁS:** significa o sistema de tratamento e purificação de BIOGÁS para obtenção de BIOMETANO.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1. O objeto deste CONTRATO é a venda e entrega, por parte da SUPRIDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de BIOMETANO no PONTO DE RECEPÇÃO.

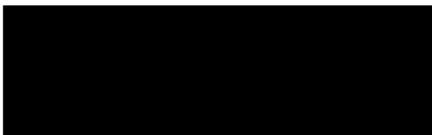
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DE FORNECIMENTO

3.1. O presente CONTRATO entrará em vigor em 1 de julho de 2022 e seu término ocorrerá em 10 de dezembro de 2029.

3.2. Após o término do prazo de vigência do CONTRATO, permanecerão válidas as regras referentes à recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS eventualmente remanescentes, nos termos do item 6.4.1(b), além das disposições relativas à incidências tributárias, solução de controvérsias, bem como das que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do CONTRATO.

3.3. O INÍCIO DO FORNECIMENTO ocorrerá em 1 de julho de 2022, após a conclusão dos termos estabelecidos do Anexo I dessa CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL



DS
PAZ

4.1. A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL será de 5.000 (cinco mil) em METROS CÚBICOS de BIOMETANO por DIA nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

4.2. A qualquer momento, desde que haja interesse de ambas as PARTES, poderá ser acordada uma nova QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL mediante aditivo contratual nas mesmas condições estabelecidas neste CONTRATO.

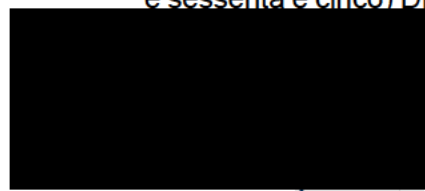
4.3. A cada ANO, a COMPRADORA terá o direito de solicitar, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA com uma antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) DIAS, a redução da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL caso demonstre que algum dos usuários constantes na lista abaixo deixou ou deixará de consumir BIOMETANO, em quantidade superior a 50% (cinquenta por cento) da quantidade diária informada na lista, por motivos alheios à vontade da COMPRADORA ou para os quais ela não concorreu, tais como, por exemplo: migração para condição de auto produtor ou consumidor livre, migração para outro combustível, fechamento da unidade consumidora, rescisão unilateral por inadimplemento do usuário, dentre outros. A SUPRIDORA terá a obrigação de aceitar a redução da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL solicitada pela COMPRADORA, a qual deve se dar na exata medida da redução do consumo de BIOMETANO.

Potencial Usuário	Localização	Quantidade em METROS CÚBICOS de BIOMETANO por DIA
Dupont	Pirapozinho/SP	4.500
Liane	Presidente Prudente/SP	3.400

4.4 Sem prejuízo do disposto no item 4.3 acima, a COMPRADORA terá o direito de solicitar uma única vez a cada intervalo de 180 (cento e oitenta) DIAS contados a partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) DIAS, a redução ou aumento da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL até o limite de 1.000 (um mil) METROS CÚBICOS e a SUPRIDORA terá a obrigação de aceitar tal alteração da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, até que o limite de 12.000 (doze mil) METROS CÚBICOS da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL seja atingido.

4.4.1 Para o atendimento da quantidade dos potenciais usuários consumidores de BIOMETANO comunicados pela COMPRADORA à SUPRIDORA na forma do item 4.3, a SUPRIDORA garante o atendimento das quantidades apresentadas na tabela constante no referido item aceitando, quando necessário, o aumento da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL mediante NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA à SUPRIDORA com antecedência mínima de 90 (noventa) DIAS, sem prejuízo ao estabelecido no item 4.4.

4.5. A COMPRADORA poderá solicitar incremento de QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL superior a capacidade limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL estabelecida no item 4.4, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA, com antecedência mínima de 365 (trezentos e sessenta e cinco) DIAS e a SUPRIDORA terá até 60 (sessenta) DIAS para apresentar resposta ao da solicitação.



DS
alws

DS
PAZ

4.5.1 A impossibilidade de aumentar a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA solicitada pela COMPRADORA na forma do item 4.5, não será caracterizada como inadimplemento ou descumprimento contratual e não será causa de multa e/ou penalidade, desde que apresentada justificativa de inviabilidade técnica e econômica.

4.5.2 Caso a SUPRIDORA comprove a incapacidade de atendimento a solicitação da COMPRADORA em função de indisponibilidade de volume adicional e demonstre a necessidade da realização de investimentos para a ampliação da capacidade de produção da UNIDADE DE TRATAMENTO DE BIOGÁS, a COMPRADORA compromete-se a garantir, pelo período mínimo de 3(três) ANOS, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL que deu origem ao investimento, salvo a condição estabelecida no item 4.3.

4.6. A partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, caso um ou mais usuários da COMPRADORA opte(m) pela migração para a condição de consumidor livre, deixando assim de consumir o BIOMETANO regularmente fornecido pela COMPRADORA por meio do presente CONTRATO, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL poderá ser reduzida pela quantidade de BIOMETANO que o(s) usuário(s) que optou(aram) pela condição de consumidor livre tenha(m) deixado de consumir da COMPRADORA, mediante solicitação da COMPRADORA à SUPRIDORA e a celebração de aditivo contratual. As PARTES se comprometem a celebrar aditivos contratuais para registrar as reduções da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, nos termos deste item, no prazo de 60 (sessenta) DIAS a contar do recebimento pela SUPRIDORA da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO BIOMETANO E VALOR DO CONTRATO

5.1. O PREÇO DO BIOMETANO, no PONTO DE RECEPÇÃO, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será de R\$ 1,52/m³ (Um real e cinquenta e dois centavos por METRO CÚBICO) de BIOMETANO, ao qual serão acrescidos os TRIBUTOS incidentes para fins de faturamento.

5.1.1. O PREÇO DO BIOMETANO terá, como referência, a data da celebração do presente CONTRATO e será reajustado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.2. O PREÇO DO BIOMETANO não inclui quaisquer tributos destacados em nota fiscal ou *ad valorem* (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) federais, estaduais e municipais, *royalties* ou quaisquer outras tributações existentes ou que venham a ser criadas, sejam devidas em decorrência, direta ou indireta, deste CONTRATO ou de sua execução, os quais, deverão ser adicionados ao PREÇO DO BIOMETANO quando do faturamento.

5.3. O PREÇO DO BIOMETANO expresso em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), levará em sua aplicação o METRO CÚBICO na(s) CONDIÇÃO(ÕES) DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal antes do cálculo dos tributos.



DS
PAZ

5.4. As PARTES acordam que o valor total estimado deste CONTRATO é de R\$ 20.664.400,00 (Vinte milhões seiscientos e sessenta e quatro mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA SUPRIDORA

6.1. A SUPRIDORA compromete-se a (i) aceitar automaticamente, em cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA até o limite de 120% (cento e vinte por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL; e (ii) disponibilizar para a COMPRADORA, a cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA de acordo com as condições de qualidade estabelecidas no item 11.1.

6.1.1. Caso a SUPRIDORA não forneça as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) estará caracterizada FALHA NO FORNECIMENTO, e ficará exposta à penalidade por FALHA DE FORNECIMENTO prevista no item 6.2.

6.2. No caso de FALHA NO FORNECIMENTO, sem prejuízo do cumprimento do procedimento estabelecido no Plano Operacional e de Contingência, em determinado DIA, a SUPRIDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula, independentemente de efetiva ocorrência e comprovação de perdas e danos:

$$PFF = 0,30 \times PB \times QF, \text{ onde:}$$

PFF:	é o valor da penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO no DIA em questão devido pela SUPRIDORA;
QF:	é a soma das QUANTIDADES FALTANTES no DIA em questão; e
PB:	é o PREÇO DO BIOMETANO vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.

6.2.1. Não obstante o pagamento da multa acima estipulada, caso a COMPRADORA venha a comprovar que sofreu danos em função da FALHA NO FORNECIMENTO que superem o valor da penalidade paga ou devida pela SUPRIDORA, calculada na forma do item 6.2, tal diferença deverá ser paga à COMPRADORA pela SUPRIDORA.

6.2.1.1. Serão considerados como danos sofridos pela COMPRADORA, os danos diretos sofridos por ela, inclusive, mas não se limitando a: multa regulatória, perda de margem de distribuição, reparação de equipamentos e instalações da COMPRADORA ou dos usuários por ela atendidos.

6.2.1.2. Os valores devidos pela SUPRIDORA nos termos da cláusula 6.2.1, só serão devidos após observância do contraditório e quando superadas todas as esferas administrativas e judiciais se for o caso. A COMPRADORA, não obstará o direito de defesa a ser apresentado pela SUPRIDORA na forma e hipóteses da lei administrativa e judicial.



DS

DS

DS

PAZ

6.2.2. Caracterizar-se-á também FALHA DE FORNECIMENTO a entrega de BIOMETANO no PONTO DE RECEPÇÃO fora dos limites compreendidos entre a PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO e PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

6.2.3. Em ocorrendo FALHA DE FORNECIMENTO, sem prejuízo a penalidade estabelecida no item 6.2. a COMPRADORA se reserva ao direito de contratar por si fonte alternativa de suprimento, sendo imputado à SUPRIDORA, o custo associado a nova contratação, descontado o PREÇO DO BIOMETANO.

6.2.3.1. O Custo Associado a nova contratação de suprimentos prevista no item 6.2.3 será calculado da seguinte forma:

$$CACS = QC * (PS - PB), \text{ onde}$$

<i>CACS</i>	é o Custo Associado a Contratação de Suprimento
<i>QC</i>	é a Quantidade Contratada total de suprimento adicional
<i>PS</i>	é PREÇO DO SUPRIMENTO, constituído por: preço de molécula de GÁS, valor associado a Compressão, Transporte Logístico e Descompressão do GÁS, estabelecido no Conhecimento de Transporte.
<i>PB</i>	É o PREÇO DE BIOMETANO vigente no MÊS em que tenha ocorrido a necessidade de Contratação Adicional.

6.3. Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA NO FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = QDP_j - QDD_j, \text{ onde:}$$

<i>QF_j</i>	é a QUANTIDADE FALTANTE DE BIOMETANO no DIA "j"
<i>QDP_j</i>	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA "j"; e
<i>QDD_j</i>	é a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA no DIA "j", nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

6.4. QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA.

6.4.1. A determinação da QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA - QDD far-se-á do seguinte modo:

a) quando se registrar durante todo o DIA pressões maiores ou iguais à PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO no PONTO DE RECEPÇÃO, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA será a maior entre (i) a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para tal PONTO DE RECEPÇÃO e (ii) a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA em tal PONTO DE RECEPÇÃO; e



DS
ALDS

DS
PAZ

b) quando se registrar em qualquer momento do DIA, pressões menores do que a PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO DO PONTO DE RECEPÇÃO, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA em tal PONTO DE RECEPÇÃO será igual à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA em tal PONTO DE RECEPÇÃO.

CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DA COMPRADORA DE RECEBIMENTO

7.1. Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de BIOMETANO por FALHA NO FORNECIMENTO, PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se, a cada TRIMESTRE, a adquirir e retirar da SUPRIDORA e, mesmo que não retire, pagar à SUPRIDORA uma QUANTIDADE DE BIOMETANO que, na média diária do correspondente TRIMESTRE, seja igual a 90% (noventa por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL.

7.1.1. A COMPRADORA poderá retirar da SUPRIDORA parcela do BIOMETANO adquirido por meio de transporte terrestre comprimido. Para isso, a COMPRADORA poderá utilizar-se da estrutura de compressão da SUPRIDORA mediante envio de NOTIFICAÇÃO com 7 (sete) DIAS de antecedência. Os custos logísticos (compressão, transporte e descompressão) envolvidos na operação serão de responsabilidade da COMPRADORA.

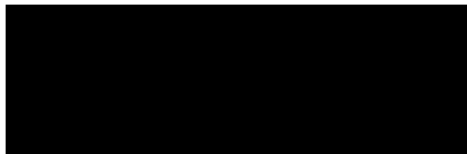
7.2. QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA

7.2.1 Uma vez efetuados os pagamentos a que se refere o item 7.1., as correspondentes QUANTIDADES NÃO RETIRADAS somar-se-ão ao saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS.

7.3. RECUPERAÇÃO DE QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS

7.3.1. A COMPRADORA recuperará, automaticamente, as QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS, até o limite do saldo existente, na forma abaixo:

a) Durante o prazo de vigência do CONTRATO, incluindo suas eventuais prorrogações, a recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) será automática no fechamento do MÊS e a QUANTIDADE RECUPERADA (QR) pela COMPRADORA será igual à QUANTIDADE DE BIOMETANO que tenha sido retirada acima do compromisso de retirada mínima mensal estabelecido no item 7.1.



DS
ALDS

DS
PAZ

b) Após o término do prazo de vigência do presente CONTRATO e de eventuais prorrogações, a COMPRADORA poderá recuperar o saldo das QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS, diariamente, até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL vigente no último ANO, durante um período de até 1 (um) ano, contado da data de término do CONTRATO. Durante esse período, todas as regras do presente CONTRATO continuarão aplicáveis e em vigor com relação ao BIOMETANO a ser fornecido em tal período, exceto pelos compromissos de retirada de BIOMETANO da COMPRADORA e as regras aplicáveis a tais compromissos.

c) Após o prazo de 1 (um) ano previsto acima, na hipótese de haver saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS, a COMPRADORA perderá o direito à sua recuperação, sem que seja devida qualquer compensação ou devolução à COMPRADORA dos valores pagos.

7.3.2. A QUANTIDADE RECUPERADA será deduzida do saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS.

CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO

8.1. A COMPRADORA enviará mensalmente à SUPRIDORA, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para o MÊS em referência, em base diária, e a QUANTIDADE DE BIOMETANO total estimada para os 2 (dois) MESES subsequentes. Observado o limite de até 120% (cento e vinte por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), considerar-se-á a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) informada automaticamente como a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP). Ultrapassado o mencionado limite, a SUPRIDORA terá discricionariedade em aceitar ou não a QUANTIDADE DE BIOMETANO que exceder este limite.

8.2. A COMPRADORA terá o direito de alterar (aumentar ou diminuir) a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) estabelecida para determinado DIA desde que envie uma NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA até as 12 (doze) horas do DIA anterior ao DIA em questão. Nessa hipótese, a nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) informada pela COMPRADORA será considerada como a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA em questão.

CLÁUSULA NONA – PONTOS DE SAÍDA E CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1. Cada PONTO DE RECEPÇÃO e suas localizações estão estabelecidas abaixo:

Ponto de Recepção	Município	Latitude	Longitude	Elevação
ba	Narandiba/SP	22°31'14,70"S	51°31'08,06"O	454m



DS
ADS

DS
PAE

9.1.1. A transferência de propriedade do BIOMETANO da SUPRIDORA para a COMPRADORA ocorrerá no flange imediatamente à jusante do SISTEMA DE MEDIÇÃO do PONTO DE RECEPÇÃO.

9.1.2. Todos os riscos e perdas de BIOMETANO (i) à montante do ponto de transferência de propriedade serão de responsabilidade da SUPRIDORA, e (ii) à jusante de tal ponto serão de responsabilidade da COMPRADORA.

9.2. O BIOMETANO será disponibilizado pela SUPRIDORA à COMPRADORA no PONTO DE RECEPÇÃO, atendendo às condições desta Cláusula e aos aspectos de qualidade estabelecidos na Cláusula Onze, conforme:

PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO (bar)	PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO (bar)	PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO (bar)	VAZÃO MÉDIA ESTIMADA (m³/h)	VAZÃO MÁXIMA ESTIMADA (m³/h)
12	28	35	650	1.600

9.3. A COMPRADORA confirma que o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ligado ao PONTO DE RECEPÇÃO estará apto, homologado e licenciado para suportar pressões até o valor de 35 (trinta e cinco) bar definido como PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, conforme definem as normas nacionais e internacionais de gasodutos.

9.3.1. Será de responsabilidade da COMPRADORA qualquer dano direto ou indireto e/ou prejuízo causados em seus respectivos equipamentos e aos equipamentos de terceiros decorrentes da entrega de BIOMETANO com PRESSÃO DE FORNECIMENTO até o valor da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

9.3.2. Ocorrendo falhas nos equipamentos de regulação de pressão do PONTO DE RECEPÇÃO, a pressão no PONTO DE RECEPÇÃO poderá ser superior à PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO, pelo prazo necessário à regularização da condição de fornecimento, sendo o limite de pressão, à jusante do PONTO DE RECEPÇÃO, nestas condições, a PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

9.3.3. A SUPRIDORA será responsável, pelos danos diretos e indiretos, causados aos equipamentos da COMPRADORA ou de seus usuários em decorrência da entrega de BIOMETANO com PRESSÃO DE FORNECIMENTO superior à PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, desde que comprovado o nexo causal entre os danos causados e a entrega de BIOMETANO com pressão acima da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

9.3.3.1. Na hipótese exclusiva do item anterior, a SUPRIDORA poderá demonstrar que não agiu com imprudência, negligência ou imperícia assumindo o ônus da prova.



DS
ALDS

DS
PAZ

9.3.4. A SUPRIDORA disponibilizará à COMPRADORA os dados relativos à PRESSÃO DE FORNECIMENTO do BIOMETANO apurados no PONTO DE RECEPÇÃO. No caso de indisponibilidade deste sistema, a SUPRIDORA se compromete, no prazo máximo de 15 (quinze) DIAS ÚTEIS contados da data em que o sistema esteve indisponível, a enviar um relatório contendo registro das pressões apuradas nos referidos DIAS.

9.4. As temperaturas mínima e máxima do BIOMETANO no PONTO DE RECEPÇÃO serão, respectivamente, de 10°C (dez graus Celsius) e 38°C (trinta e oito graus Celsius).

CLÁUSULA DÉCIMA – MEDIÇÃO

10.1. Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

10.2. A QUANTIDADE MEDIDA e a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA serão expressas com ARREDONDAMENTO em zero na respectiva casa decimal.

10.3. A unidade de medida de volume será o METRO CÚBICO nas CONDIÇÕES-BASE.

10.4. As PARTES acordam que, para fins de cálculo da QUANTIDADE MEDIDA no SISTEMA DE MEDIÇÃO, a pressão atmosférica será baseada nas coordenadas geográficas do SISTEMA DE MEDIÇÃO.

10.5. A medição do volume de BIOMETANO fornecido à SUPRIDORA será efetuada pela COMPRADORA através do SISTEMA DE MEDIÇÃO.

10.6. Para determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA pela COMPRADORA em determinado DIA e em determinado PONTO DE RECEPÇÃO, aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$$QDR = QM \times fq$$

$$fq = \frac{PCS_m}{PCR}, \text{ onde:}$$

QDR:	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), em determinado PONTO DE RECEPÇÃO;
QM:	É a QUANTIDADE MEDIDA (QM), no PONTO DE RECEPÇÃO em questão;
fq:	É o fator de conversão da QM para QDR, ARREDONDADO até a quarta casa decimal;
PCS_m:	É o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio do referido DIA no PONTO DE RECEPÇÃO em questão, ARREDONDADO até a terceira casa decimal; e
PCR:	É o PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

10.7 A QUANTIDADE MEDIDA será calculada DIARIAMENTE, das 07:00 da manhã do DIA até as 07:00 da manhã do próximo DIA.



DS
ALDS
DS
PAZ

10.8A COMPRADORA, deverá garantir que a operação, manutenção, calibração e ajustes dos SISTEMAS DE MEDIÇÃO ocorram, conforme portaria 114 do INMETRO de 1997, ou qualquer outra regulação que vier a substituí-la, e normas e procedimentos internos da COMPRADORA.

10.8.1 O fator de compressibilidade deverá ser calculado conforme a AGA Report no. 8, sempre em sua versão mais atualizada possível ("*Compressibility Factor of Natural Gas and Related Hydrocarbon Gases*"), ou documento que vier a substituí-lo.

10.8.2 Os dados relativos à medição do BIOMETANO estabelecidos nesta Cláusula serão disponibilizados por meio eletrônico em tempo real para a SUPRIDORA, ficando acordado que, na hipótese de indisponibilidade temporária desse sistema, a COMPRADORA poderá enviar um relatório contendo as medições do BIOMETANO efetuadas no referido DIA em que o sistema esteve indisponível.

10.8.3 A CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO será providenciada pela COMPRADORA, utilizando padrões com referências estabelecidas (resultados rastreáveis - RBC) pelo órgão institucional competente, devendo a COMPRADORA, com no mínimo 30 (trinta) DIAS ÚTEIS de antecedência, enviar NOTIFICAÇÃO comunicando à SUPRIDORA a realização do evento de forma a possibilitar que esta se faça representar para o acompanhamento dos trabalhos.

10.9.1. Caso à SUPRIDORA não compareça no dia marcado para a CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO, esta será efetuada sem a sua presença, ressalvado o direito da SUPRIDORA de requerer uma CALIBRAÇÃO adicional, nos termos do item 10.9.7.

10.9.2 O período entre CALIBRAÇÕES deverá ser de no máximo 5 (cinco) ANOS para os medidores e 1 (um) ANO para os transmissores de pressão e temperatura, conforme determina a Portaria nº 114 do INMETRO de 1997, ou outra que vier a substituí-la, e procedimentos internos da COMPRADORA, respectivamente.

10.9.3 O erro no SISTEMA DE MEDIÇÃO será calculado, conforme fórmula abaixo. Nenhum AJUSTE será efetuado no SISTEMA DE MEDIÇÃO caso a CALIBRAÇÃO indique que ele esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA com erro igual ou inferior a 3% (três por cento) para mais ou para menos.

$$Erro = Erro \%_{Pressão} - Erro \%_{Temperatura} + Erro \%_{Medidor}, \text{ onde:}$$



DS
ADS

DS
PAZ

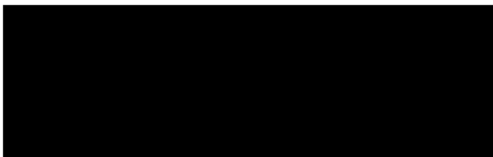
<i>Erro %_{Pressão}</i>	é a razão entre o erro do instrumento medido e a medição do padrão nesse ponto, ambos em unidade de medida Bar. O ponto escolhido para determinação dessa razão será o resultado da média simples, baseado no histórico de medições dos últimos 6 meses. Quando não existir histórico, deverá ser a pressão normal, considerada nesse CONTRATO.
<i>Erro %_{Temperatura}</i>	é a razão entre o erro do instrumento medido e a medição do padrão nesse ponto, ambos em unidade de medida Kelvin. O ponto escolhido para determinação dessa razão será o resultado da média simples, baseado no histórico de medições dos últimos 6 meses. Quando não existir histórico, deverá ser a considera a temperatura de 20°C.
<i>Erro %_{Medidor}</i>	é o maior erro percentual do equipamento entre a vazão de transição e vazão máxima.

10.9.4. Caso determinada CALIBRAÇÃO indique que o referido SISTEMA DE MEDIÇÃO esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA com erro superior a 3% (três por cento), para mais ou para menos, será adotado a seguinte sequência:

- A COMPRADORA determinará tecnicamente o respectivo fator de correção da QUANTIDADE MEDIDA, sendo facultado à SUPRIDORA acompanhar os trabalhos.
- O fator de correção será obtido com base nas informações constantes dos relatórios de CALIBRAÇÃO.
- Uma vez que os cálculos sejam aceitos pela SUPRIDORA, será lavrado um termo que as PARTES subscreverão sem ressalvas, no qual estarão registrados os procedimentos e a memória de cálculo do fator de correção, o resultado obtido e outros aspectos pertinentes.
- Caso a SUPRIDORA não esteja de acordo com os referidos cálculos, deverá mediante NOTIFICAÇÃO, em até 5 (cinco) DIAS, comunicar a discordância à COMPRADORA, fundamentando os motivos de seu desacordo. Caso a SUPRIDORA não se pronuncie, considerar-se-á a concordância com os referidos cálculos.

10.9.5 Comprovadamente definido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteve fora de AJUSTE, será aplicado o fator de correção a que se refere o item 10.9.3.

10.9.6 Não sendo conhecido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteve fora de AJUSTE, o disposto no item 10.9.3 será aplicado sobre cada QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (i) nos 60 (sessenta) DIAS anteriores à CALIBRAÇÃO que detectou o erro; ou (ii) na última metade do período de tempo entre a detecção do erro e a CALIBRAÇÃO anterior do SISTEMA DE MEDIÇÃO; prevalecendo o menor período de tempo.



DS
PAZ
DS
ADS

10.9.7 A SUPRIDORA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO, solicitar CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO fora da periodicidade estabelecida no item 10.9.2. A COMPRADORA enviará à SUPRIDORA, no prazo de 20 (vinte) DIAS ÚTEIS, uma NOTIFICAÇÃO com uma estimativa dos custos.

a) Caso a SUPRIDORA confirme, mediante NOTIFICAÇÃO, esta CALIBRAÇÃO, e o fator de correção apurado seja igual ou inferior a 3% (três por cento), os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela SUPRIDORA, conforme o caso.

b) Caso contrário, se o fator de correção apurado for superior a 3% (três por cento), os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela COMPRADORA.

10.10 Havendo, em qualquer DIA, falha no SISTEMA DE MEDIÇÃO que impeça a apuração segura da QUANTIDADE MEDIDA, sem interrupção no fornecimento de BIOMETANO, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA relativa a esse DIA será determinada da seguinte forma hierárquica:

a) Com base em medições apuradas no SISTEMA DE MEDIÇÃO da SUPRIDORA, imediatamente à montante do PONTO DE RECEPÇÃO, se houver.

b) Com base em medições efetuadas em outros sistemas de medição - do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO da COMPRADORA - por diferenças, caso a partir destas se possa calcular, de forma razoável, a referida quantidade de BIOMETANO medido, considerando os recebimentos e entregas no mesmo SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, bem como a variação do estoque de BIOMETANO no mesmo.

c) Com base em quaisquer outros métodos acordados entre as PARTES.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – QUALIDADE

11.1. O BIOMETANO a ser entregue pela SUPRIDORA à COMPRADORA deverá apresentar características de qualidade compatíveis com as especificações estabelecidas para a Região Sudeste previstas no Regulamento Técnico ANP nº 1/15, anexo à Resolução ANP nº 8/15 e Deliberação ARSESP nº 744/17, ou a(s) que as substituam ou venha(m) a ser determinada(s) em razão de disposição normativa superveniente, acerca da produção, especificação, qualidade e distribuição de BIOMETANO.

11.2. A determinação da qualidade do BIOMETANO será efetuada pela SUPRIDORA em cada PONTO DE RECEPÇÃO.

11.3. A metodologia para determinação da qualidade do BIOMETANO deverá estar em conformidade com a estabelecida na Resolução ANP nº 8/15, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.3.1 A determinação do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), assim como outras propriedades do BIOMETANO, no PONTO DE RECEPÇÃO será efetuada por cálculo, a partir da composição determinada por cromatografia gasosa, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com base nas normas NBR 15213; ASTM D 3588 ou ISO 6976 e Resolução ANP nº 8/2015, ou a(s) que venha(m) a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

11.3.2 Os dados da composição do BIOMETANO, determinada por cromatografia gasosa, referidos no item 11.3.1 serão disponibilizados por meio eletrônico em tempo real para a COMPRADORA, ficando acordado que, na hipótese de indisponibilidade temporária desse sistema, a SUPRIDORA poderá enviar um relatório contendo as análises da qualidade do BIOMETANO efetuadas no referido DIA em que o sistema esteve indisponível.

11.4. Especificações e CALIBRAÇÃO do Cromatógrafo.

11.4.1. O cromatógrafo deverá ser configurado para análise automática em linha de BIOMETANO e possibilidade de realizar calibração automática com gás padrão. O gás padrão deverá conter todos os componentes que são analisados de forma direta e possuir certificado de análise que garanta a rastreabilidade a padrões internacionais (i) NIST (National Institute of Standards and Technology), (ii) NMI (Netherlands Measurement Institute), (iii) INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) ou (iv) redes acreditadas à RBC (Rede Brasileira de Calibração), conforme definido pela ANP.

11.4.2. A CALIBRAÇÃO do cromatógrafo será feita pela SUPRIDORA, em conformidade com o que preconiza a norma ISO 6974-5/2015, no PONTO DE RECEPÇÃO ou em seus laboratórios, sempre, em qualquer caso, com NOTIFICAÇÃO prévia de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS à COMPRADORA, de forma a possibilitar que estas, se o desejar, se façam representar, por sua conta e risco, para o acompanhamento dos trabalhos.

11.4.2.1. O intervalo entre duas CALIBRAÇÕES sucessivas do cromatógrafo, a partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, será de 6 (seis) meses.

11.4.2.2. O cromatógrafo deverá executar automaticamente uma verificação rotineira. Os resultados dos desvios entre estas verificações automáticas deverão ser registrados em relatórios e arquivados pelo período de 5 (cinco) ANOS.

11.4.2.3. Durante a CALIBRAÇÃO, a SUPRIDORA dará acesso à COMPRADORA ao(s) número(s) do(s) lacre(s) existente(s), disponibilizará o número de série do cromatógrafo calibrado e o(s) novo(s) lacre(s) utilizado(s).

11.4.2.4. Mesmo na ausência de representante da COMPRADORA para acompanhar os trabalhos, estes serão realizados, ressalvado o direito da COMPRADORA de requerer uma CALIBRAÇÃO adicional, nos termos do item 11.4.2.9.

DS

DS

ADS

DS

PAZ

11.4.2.5. Os procedimentos adotados e os resultados obtidos em cada calibração deverão ser devidamente registrados em relatório cuja forma deverá ser estabelecida pela SUPRIDORA.

11.4.2.6. Caso as CALIBRAÇÕES a que se refere o item 11.4.2 indiquem que o cromatógrafo apresenta erro superior a 1,5% (um e meio por cento), para mais ou para menos, serão realizados os seguintes procedimentos:

a) A SUPRIDORA calculará tecnicamente o fator de correção do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) com base nas informações constantes dos relatórios de calibração e ajuste, sendo facultado à COMPRADORA o acompanhamento dos trabalhos.

b) Concluída a tarefa mencionada no item 11.4.2.6(a), lavrar-se-á um termo no qual estarão registrados os procedimentos e a memória de cálculo do fator de correção, o resultado obtido e outros aspectos pertinentes.

c) Caso a COMPRADORA esteja de acordo com o referido termo, este será lavrado sem ressalvas entre as PARTES, e o fator poderá ser de imediato empregado para os fins que objetivaram sua determinação.

d) Caso a COMPRADORA não esteja de acordo com o referido termo, deverá comunicar sua discordância à SUPRIDORA, mediante NOTIFICAÇÃO em até 10 (dez) DIAS, fundamentando os motivos de seu desacordo. Caso a COMPRADORA não se pronuncie, considerar-se-á a concordância com o referido termo.

11.4.2.7. Nenhuma correção será considerada caso a aplicação do fator de correção indique um erro igual ou inferior a 1,5% (um e meio por cento), para mais ou para menos, prevalecendo os valores registrados pelo cromatógrafo.

11.4.2.8. As correções citadas no item 11.4.2.6. serão aplicadas sobre a QUANTIDADE DE BIOMETANO retirada pela COMPRADORA no intervalo de tempo entre a CALIBRAÇÃO que indicou que o cromatógrafo apresentou erro superior a 1,5% (um e meio por cento), para mais ou para menos e a mais recente entre (i) a última verificação automática, ajustada para o padrão da CALIBRAÇÃO manual, que tenha apontado que o cromatógrafo não apresentou erro superior a 1,5% (um e meio por cento), para mais ou para menos ou (ii) a última CALIBRAÇÃO manual que indicou que o cromatógrafo apresentou erro superior a 1,5% (um e meio por cento), para mais ou para menos.

11.4.2.9. A COMPRADORA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA, solicitar CALIBRAÇÃO adicional do cromatógrafo.

a) Caso o fator de correção apurado seja igual ou inferior a 1,5% (um e meio por cento), o cromatógrafo será considerado conforme e os custos comprovadamente não arcados pela COMPRADORA, conforme o caso.

DS
PAZ

b) Caso contrário, se o fator de correção apurado for superior a 1,5% (um e meio por cento), o cromatógrafo será considerado desconforme e os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela SUPRIDORA.

11.4.2.10. Havendo, em qualquer DIA, falha no cromatógrafo ou remoção de algum de seus componentes para manutenção, sem interrupção no fornecimento de BIOMETANO para a COMPRADORA, a qualidade do BIOMETANO relativa a esse DIA será determinada de acordo com o estabelecido nos itens 11.4.3 e 11.4.4.

11.4.3. As PARTES acordam que, na hipótese de indisponibilidade dos equipamentos instalados no PONTO DE RECEPÇÃO para determinação das características do BIOMETANO, utilizar-se-á para este fim, caso existam, os equipamentos instalados no sistema de medição da COMPRADORA.

11.4.4. Caso as instalações da COMPRADORA, não existam, também estejam indisponíveis ou caso não atendam ao estabelecido no item 11.3 e subitens, as PARTES deverão acordar sobre uma forma alternativa de apuração da qualidade do BIOMETANO, o que será lavrado a termo no Plano Operacional e de Contingência.

11.5. Sempre que a SUPRIDORA tiver ciência da possibilidade de o BIOMETANO vir a ser fornecido no PONTO DE RECEPÇÃO em desconformidade com as especificações estipuladas no item 11.1, a SUPRIDORA deverá suspender o fornecimento de BIOMETANO e enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, imediatamente após identificada a não conformidade do BIOMETANO em relação a qualquer das especificações mencionadas nesta Cláusula, informando-a da desconformidade esperada no BIOMETANO e indicando quais seriam os prováveis itens em desconformidade e os respectivos desvios de qualidade.

11.5.1. Além de suspender o fornecimento a SUPRIDORA ao identificar o BIOMETANO fora das especificações estipuladas deverá acionar o plano de contingenciamento previsto no Plano Operacional e de Contingência.

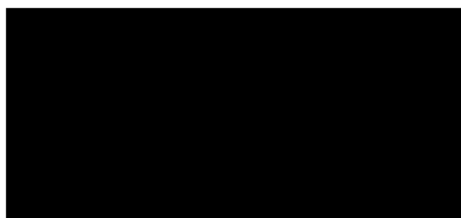
11.6. Caso a SUPRIDORA entregue BIOMETANO fora de especificação prevista no item 11.1, estará configurada uma FALHA NO FORNECIMENTO

11.6.1. Para fins de cálculo da penalidade de FALHA DE FORNECIMENTO, considerar-se-á a fórmula prevista no item 6.2.

11.6.2. Além da penalidade estabelecida, aplicável em caso de FALHA DE FORNECIMENTO, a SUPRIDORA arcará com as consequências do previsto no item 6.2.1., bem como o estabelecido no item 6.2.3 quando aplicável.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – **PARADAS PROGRAMADAS**



DS

DS
PRE

12.1. As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução no fornecimento (PARADAS PROGRAMADAS DA SUPRIDORA) ou no recebimento de BIOMETANO (PARADAS PROGRAMADAS DA COMPRADORA), para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendada, dos equipamentos referidos no item 12.1.1 abaixo, nas quais ocorrerá redução total ou parcial na entrega ou recebimento do BIOMETANO pela SUPRIDORA ou pela COMPRADORA, conforme o caso. A QUANTIDADE DE BIOMETANO que não possa ser entregue pela SUPRIDORA ou recebida pela COMPRADORA durante uma PARADA PROGRAMADA efetivamente realizada será abatida dos compromissos de entrega da SUPRIDORA e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

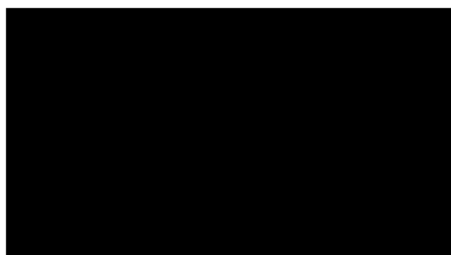
12.1.1. Para fins das PARADAS PROGRAMADAS, considerar-se-ão (i) como equipamentos comprovadamente vinculados ao fornecimento de BIOMETANO: a PLANTA DE BIOGÁS e UNIDADE DE TRATAMENTO DE BIOGÁS e (ii) como equipamentos vinculados ao recebimento de BIOMETANO: os que constituem o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO e as instalações dos usuários da COMPRADORA que constam na lista a que se refere o item 4.3.

12.2. As PARTES têm direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

- a) A PARTE que desejar efetuar uma PARADA PROGRAMADA, deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO a outra PARTE, com pelo menos 90 (noventa) DIAS de antecedência, informando a data de início da PARADA PROGRAMADA bem como sua duração prevista e volume de redução.
- b) No caso de uma PARADA PROGRAMADA que interrompa totalmente a entrega de BIOMETANO pela SUPRIDORA, o número total de dias de PARADA PROGRAMADA não poderá exceder (i) 3 (três) DIAS por ANO e (ii) 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.
- c) No caso de uma PARADA PROGRAMADA que interrompa parcialmente a entrega de BIOMETANO pela SUPRIDORA, o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 20% (vinte por cento) da QUANTIDADE DIÁRIAS CONTRATADA, sendo que o número total de dias de PARADA PROGRAMADA não poderá exceder 30 (trinta) DIAS por ANO.
- d) Qualquer condição de PARADA PROGRAMADA que exceda aos limites estabelecidos nos itens "b" e "c" será configurada como FALHA DE FORNECIMENTO, reservado o direito da COMPRADORA em contratar por si fonte alternativa de suprimento, sendo imputado à SUPRIDORA, o custo associado a nova contratação, descontado o PREÇO DO BIOMETANO, calculado na forma estabelecida no item 6.2.3.1.

e) A QUANTIDADE DE BIOMETANO não entregue ou não recebida, em determinado DIA no PONTO DE RECEPÇÃO, em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA será calculada de acordo com a seguinte fórmula

$$QPP_j = QDP_j - QDR_j, \text{ onde:}$$



DS
[Signature]

DS
PAE

QPP _j :	é a QUANTIDADE BIOMETANO não entregue em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA no DIA "j";
QDP _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA "j" para toda a PONTO DE RECEPÇÃO; e
QDR _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) para o DIA "j" para toda a PONTO DE RECEPÇÃO;

f) As PARTES envidarão esforços para coincidir suas respectivas PARADAS PROGRAMADAS e minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS no mercado da COMPRADORA.

12.2.1. A data de início da PARADA PROGRAMADA poderá ser postergada, a exclusivo critério da PARTE que a tenha solicitado, desde que tal alteração seja solicitada mediante NOTIFICAÇÃO, com no mínimo 15 (quinze) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA notificada nos termos do item 12.2 (a). Caso as condições previstas acima não sejam observadas, a data originalmente notificada prevalecerá para todos os fins do presente CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FATURAMENTO

13.1. Pelo fornecimento de BIOMETANO em um dado MÊS, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = \sum_j^M QDR_M \times PB \text{ onde:}$$

F:	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO;
QDR_M	É a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR) em cada DIA do MÊS em questão;
PB:	é o PREÇO DO BIOMETANO (PB) no último DIA do MÊS, incluindo qualquer desconto na forma do item 11.4.2.8.;
M:	É o MÊS de faturamento

13.2. O valor a ser pago pela COMPRADORA à SUPRIDORA caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA em determinado TRIMESTRE, na forma do item 7.1, será o produto da QUANTIDADE NÃO RETIRADA vigente no último DIA do TRIMESTRE em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$F_{TOPA} = QNR_t \times PB, \text{ onde}$$

é o valor a ser pago pela COMPRADORA em razão do não cumprimento do compromisso de retirada anual estabelecido no item 7.1;
é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA no TRIMESTRE; e
é o PREÇO DO BIOMETANO no último DIA do TRIMESTRE.



DS
PAZ

13.3. Para fins dos itens 13.1 e 13.2, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

13.4. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

13.4.1. Ressalvado o disposto no item 13.4.2, as cobranças de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, serão realizadas MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.4.2. A cobrança dos valores relativos ao compromisso trimestral de recebimento de BIOMETANO da COMPRADORA calculado na forma do item 13.2., será realizada trimestralmente, a partir do dia 10 (dez) do TRIMESTRE subsequente e deverá ter prazo de no mínimo 30 (trinta) DIAS para pagamento, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, que declare a QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA a ser gerada após o pagamento.

13.5. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 2º (segundo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram.

13.6. Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos no 28º (vigésimo oitavo) DIA do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Na circunstância do DIA em questão não ser DIA ÚTIL, o pagamento deverá ser realizado no último DIA ÚTIL antes do vencimento. Em caso de atraso na apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

13.7. O recolhimento dos tributos e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do BIOMETANO serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.7.1. Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações nos PONTOS DE SAÍDA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da SUPRIDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

A revisão prevista no item 13.7.1, para majorar o valor faturado, somente se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da SUPRIDORA, de modificação do estabelecimento remetente do BIOMETANO, ou qualquer decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da SUPRIDORA.



DS
ALDS

DS
PAZ

13.7.3. O PREÇO DO BIOMETANO será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade ou Ação Declaratória de Constitucionalidade; (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

13.7.4. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do BIOMETANO, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido com vencimento do dia 28 (vinte e oito) do MÊS seguinte ao MÊS a que se refira ou no 1º (primeiro) DIA ÚTIL imediatamente subsequente.

13.7.5. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

13.8. No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, *pro rata tempore*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, perfazendo o montante atualizado. Adicionalmente, será cobrada multa de 2% (dois por cento) sobre esse montante atualizado.

13.9. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;



DS

DS

DS

PAE

b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e

c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO.

13.9.1. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 13.9. (b) e (c).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INADIMPLEMENTO E TÉRMINO DO CONTRATO

14.1. Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

a) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO. Quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 13.9. deste CONTRATO;

b) Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, a liquidação ou a dissolução de qualquer das PARTES;

c) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a Cláusula Décima Oitava;

d) FALHA DE FORNECIMENTO por mais de 120 (cento e vinte) DIAS, corridos ou intercalados, em determinado ANO que implique na entrega, na média do ANO, de QUANTIDADES DE BIOMETANO inferiores a 50% (cinquenta por cento) da QDP, independentemente da SUPRIDORA ter pago as multas e indenizações previstas para tal hipótese.

e) Violação dos itens 21.2, 21.3.2, 21.3.3, 21.3.4, 21.3.5 e 21.3.6 do CONTRATO.

14.2. Caracterizado o INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (b), (d) ou (e) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução mediante envio de NOTIFICAÇÃO, com 15 (quinze) DIAS de antecedência da PARTE inadimplente, para a resolução do CONTRATO.

DS

[Redacted signature area]

DS

DS

14.2.1. O direito de pedir a resolução deste CONTRATO a que se refere o presente item poderá ser exercido até o prazo máximo de 12 (doze) meses contados da caracterização do INADIMPLEMENTO.

14.3. Caracterizado INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (a) ou (c) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, poderá enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo máximo de 60 (sessenta) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

14.3.1. Na hipótese do item 14.3, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo estabelecido no item 14.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do CONTRATO.

14.4. Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, o valor apurado conforme abaixo:

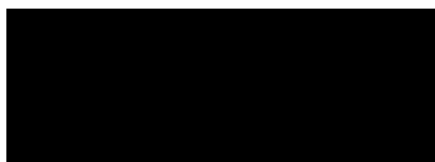
$$VInd = QDC \times DF \times PB, \text{ onde:}$$

<i>VInd</i> :	É o valor de indenização a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em R\$;
<i>QDC</i> :	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO;
<i>DF</i> :	Significa a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO
<i>PB</i> :	Corresponde ao PREÇO DO BIOMETANO vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.

14.4.1. Acordam as PARTES que o valor estipulado no item 14.4 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

14.4.2. O previsto no item 14.4.1. não se aplica ao item 14.1(d), que, além do contido no item 14.4, deverá observar o disposto nos itens 6.2, 6.2.1, 6.2.1.1 e 6.2.3.

14.4.3. A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE(s) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista no item 14.4 e subitens, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 1 (um) MÊS após a data de sua emissão.



DS
ALDS

DS
PAE

14.5. Adicionalmente às hipóteses previstas nessa Cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido, na ocorrência de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, reconhecido por ambas as PARTES, cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 12 (doze) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO. Nesta hipótese nenhuma indenização será devida de uma PARTE à outra em função do término do CONTRATO.

14.6. A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução.

14.7. Caso o presente CONTRATO seja resolvido antecipadamente, as seguintes regras serão aplicadas com relação à QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA:

a) Caso a SUPRIDORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela COMPRADORA, adicionalmente ao pagamento da totalidade das verbas rescisórias aplicáveis nos termos desta Cláusula Décima Quarta, a SUPRIDORA deverá pagar à COMPRADORA, o montante correspondente ao eventual resíduo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA multiplicado pelo PREÇO DO BIOMETANO, vigente na data da resolução do CONTRATO.

b) Caso a COMPRADORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela SUPRIDORA, o montante correspondente ao eventual resíduo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA, calculado conforme alínea (a) acima, será reduzido do valor da indenização a ser paga pela COMPRADORA à SUPRIDORA, nos termos do item 14.4. Caso o valor da QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA seja superior à indenização a ser paga pela COMPRADORA à SUPRIDORA, a SUPRIDORA deverá pagar tal diferença à COMPRADORA.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – NOVAÇÃO

Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito previsto no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

16.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;

b) a PARTE AFETADA não concorra direta ou indiretamente para a sua ocorrência;

c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e

d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

16.2. Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula:

a) ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico;

b) ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa dos mesmos;

c) cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis;

d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste por qualquer das PARTES;

riação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela os ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público;

rovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete BIOGÁS da SUPRIDORA para atendimento deste CONTRATO; ou

g) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO da COMPRADORA ou a capacidade de recebimento de gás de um dos usuários da COMPRADORA, que os impeça de tomar o BIOMETANO da COMPRADORA.

16.3. Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

a) greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA;

b) alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA;

c) qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados;

d) falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO; ou

e) eventos de caso fortuito ou força maior que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste CONTRATO.

16.4. Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

a) Informar, sempre que possível, sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE em até 2 (dois) DIAS ÚTEIS, apresentando as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.

b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais breve possível.

c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.

d) enviar, em até 2 (dois) DIAS ÚTEIS, NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências.

outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, eção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.

ntar, posteriormente, a informação de que trata o item 16.4(a) com a comprovação do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no das obrigações da PARTE AFETADA.

16.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 16.4(a) seja enviada em até 2 (dois) DIAS, contados do dia do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

16.4.2 Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 16.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

16.5. Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

16.6. Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO.

16.7. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

16.8. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

17.1. Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES, antes de qualquer outra medida, envidarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer DISPUTA decorrente ou relacionada com o CONTRATO, inclusive quanto à sua interpretação ou execução. A negociação terá duração de 1 (um) MÊS, contada a partir da NOTIFICAÇÃO de qualquer das PARTES, acerca da ocorrência da DISPUTA. Sem prejuízo disso, quaisquer das PARTES poderá encerrar a negociação a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO para a outra PARTE e instaurar a ARBITRAGEM.

17.1.1. Caso a DISPUTA não seja solucionada amigavelmente, na forma do item 17.1, esta, por iniciativa de qualquer das PARTES, deverá ser, exclusiva e definitivamente, resolvida por ARBITRAGEM administrada pela CÂMARA, de acordo com o seu Regulamento de ARBITRAGEM. O Tribunal Arbitral terá sede na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, local onde a sentença arbitral será proferida.



1.1.1. No caso de o Regulamento ser omissivo quanto a qualquer aspecto procedimental da ARBITRAGEM, as omissões serão supridas pelos Árbitros, por ordem, nesta ordem: (i) Lei nº 9.307/1996 (Lei da Arbitragem) e (ii) Código de Processo Civil Brasileiro.

A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

DS
DS
DS
PAE

17.1.3. A DISPUTA será solucionada na ARBITRAGEM, aplicando-se a LEI brasileira.

17.1.4. O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.

17.1.5. O Tribunal Arbitral será composto da seguinte forma:

a) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)], no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por árbitro único ("Árbitro Único"). A Secretaria da CÂMARA solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o Árbitro Único para atuar no procedimento arbitral. O Árbitro Único deverá ser indicado por consenso entre as Partes. Não havendo consenso, a Diretoria da CÂMARA indicará o Árbitro Único.

b) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída seja igual ou superior o montante de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um Tribunal Arbitral, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:

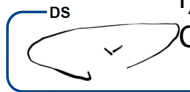
c) A COMPRADORA ou a SUPRIDORA, que, conforme o caso, tenha suscitado a controvérsia, enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, conforme o caso, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu Árbitro ("Primeiro Árbitro").



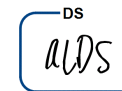
de 14 (quatorze) DIAS do recebimento da NOTIFICAÇÃO supramencionada, a PARTE informará à PARTE que suscitou a ARBITRAGEM, também por NOTIFICAÇÃO, o nome de seu Árbitro ("Segundo Árbitro"). Caso contrário, a PARTE que instituiu a ARBITRAGEM poderá requerer à CÂMARA que eleja o Segundo Árbitro.

de 14 (quatorze) DIAS da nomeação do Segundo Árbitro, ambos os Árbitros nomeados deverão indicar, no prazo de 14 (quatorze) DIAS, o Terceiro Árbitro, que presidirá os trabalhos.

f) Se não houver consenso sobre o Terceiro Árbitro, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA.



17.1.6. A sentença arbitral deverá atender todos os requisitos da Lei nº 9.307/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Deverá, ainda, ser emitida por escrito e será vinculante para as PARTES, sendo irrecorrível, salvo nos casos previstos em LEI, e será apresentada: (i) no prazo de 2 (dois) MESES, contados da apresentação das alegações finais das PARTES, se proferida por Tribunal Arbitral; e (ii) no prazo de 1 (um) MÊS, contado da apresentação das alegações finais das PARTES, se proferida por Árbitro Único.



17.1.7. As PARTES poderão, antes da constituição do Tribunal Arbitral, requerer a qualquer autoridade judicial competente a concessão de tutelas de urgência (cautelares ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito) e das medidas judiciais previstas ou compatíveis com o Regulamento de ARBITRAGEM e/ou com a Lei nº 9.307/1996, que, neste caso, não serão consideradas como atos de renúncia à ARBITRAGEM, entre elas, para:

- a) assegurar a instituição da ARBITRAGEM;
- b) obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.
- c) executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da sentença arbitral.
- d) pleitear a nulidade da sentença arbitral, nas hipóteses permitidas em LEI.

17.1.8. Quaisquer requerimentos formulados à autoridade judicial ou tutelas por ela concedidas ou denegadas, deverão ser informados sem demora ao Tribunal Arbitral. O Tribunal Arbitral poderá, a qualquer tempo, reapreciar a tutela concedida judicialmente, mantendo, alterando ou revogando-a, ou ainda, se denegada, concedendo-a.

17.1.9. A existência, o conteúdo e as decisões da ARBITRAGEM serão mantidos em sigilo pelas PARTES.



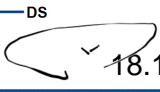
CONTRATO será regido e interpretado, e todas as controvérsias dele emergentes ou decorrentes serão resolvidas de acordo com a LEI da República Federativa do Brasil.

hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este, as PARTES elegem como foro competente o foro da Comarca da Capital do Estado, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

18.1. O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, empenhado ou de outra forma gravado, salvo com o consentimento por escrito da(s) outra(s) PARTE(S), observado o disposto no item 18.2 abaixo.

18.2. A COMPRADORA poderá ceder a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA com 90 (noventa) DIAS de antecedência, e desde que haja concordância da SUPRIDORA, os direitos e obrigações decorrentes de qualquer parte da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, nos exatos termos previstos neste CONTRATO, desde que a COMPRADORA demonstre que o cessionário reúne condições de garantia técnica e solvência econômica satisfatórias para assumir as obrigações decorrentes de tal cessão, sem que a SUPRIDORA incida num risco comercial e econômico maior que o assumido.



CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

19.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO serão considerados como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento, incluindo as comunicações eletrônicas (e-mail). As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

a) SUPRIDORA

Cocal Energia Ltda.

Estrada Municipal NRD 267, s/ nº, Prédio B, Fazenda Mosquito, Caixa Postal 16, Narandiba/SP
CEP 18.220-000

Fone: (18) 3992-9020

Correios eletrônicos (e-mails):

agustavo@cocal.com.br

b) COMPRADORA



Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Via de Acesso Eng. Ivo Najm, 3800 – Bloco A – 2º Distrito Industrial – Araraquara – SP – CEP 14808-159

3305-1800

ria-Presidência

etrônicos (e-mails):

@gasbrasiliano.com.br

gasbrasiliano.com.br

rasiliano.com.br

19.2. Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, mediante telefonema gravado ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

a) SUPRIDORA

Cocal Energia Ltda.

Estrada Municipal NRD 267, s/ nº, Prédio B, Fazenda Mosquito, Caixa Postal 16, Narandiba/SP
CEP 18.220-000

Fone: (18) 3992-9020

Plantão Emergencial: (18) 3992-9020

Correios eletrônicos (e-mails):

agustavo@cocal.com.br

b) COMPRADORA

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Via de Acesso Eng. Ivo Najm, 3800 – Bloco A – 2º Distrito Industrial – Araraquara – SP – CEP 14808-159

A/C Diretoria-Presidência

Fone: (16) 3305-1800

Plantão Emergencial: 0800 773 6099

Correios eletrônicos (e-mails):

nfeqbd@gasbrasiliano.com.br

programacao@gasbrasiliano.com.br

19.3. Qualquer PARTE terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE com, no mínimo, 5 (cinco) DIAS de antecedência.

19.4. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

19.5. Para os fins dos termos e condições dispostos na Cláusula Oitava acima, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os DIAS, conforme regulamentado no Plano Operacional e de Contingência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

20.1. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do CONTRATO e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 10 (dez) anos após o seu término, a manter sob sigilo o presente CONTRATO, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO, que lhes forem transmitidas ou obtidas em razão deste.

20.2. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título e/ou comitentes.

20.3. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos.

20.4. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

a) a informação já ser conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou por meio de procedimento legal.

b) a informação ser obtida por meio de procedimento legal, sem a prévia e expressa anuência da PARTE.



DS
[Signature]

DS
[Signature]

c) a informação ser comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente CONTRATO.

d) a determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE.

e) para qualquer órgão público, desde que exigido por LEI.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – GOVERNANÇA

21.1. As PARTES se comprometem a observar as normas legais e regulatórias relacionadas ao transporte e à distribuição de gás, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde ocupacional do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;

b) preservação do meio ambiente e respeito às populações, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais;

c) proteção e segurança do usuário quando da utilização do gás.

21.2. A COMPRADORA não poderá manter, durante a execução do CONTRATO, administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) da SUPRIDORA detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o CONTRATO; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

21.2.1. O descumprimento da obrigação acima acarretará multa de 1,0% (um por cento) do valor deste CONTRATO ou, alternativamente, poderá acarretar a resolução do CONTRATO na forma dos itens 14.1 (f) e 14.2, caso (i) na data de celebração do CONTRATO, o sócio com poder de direção, membro do conselho de administração ou da diretoria da COMPRADORA tenha a relação mencionada no item 21.2., ou (ii) após a celebração do CONTRATO, uma vez alterada a composição do Conselho de administração ou da Diretoria da COMPRADORA e identificada a relação mencionada no item 21.2., o respectivo administrador da COMPRADORA não se abstenha de participar de decisões envolvendo este CONTRATO.

relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:



DS
alws
DS
PAZ

21.3.1. Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e nem suas AFILIADAS (i) não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) não realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação à Lei 12.846/13, ao *United States Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 ou ao *United Kingdom Bribery Act*. Para os efeitos desta cláusula, "Grupo" significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

21.3.2. Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS cumprirão as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

21.3.3. Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e suas AFILIADAS não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e cumprirão as demais normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei nº e demais legislações aplicáveis à PARTE.

21.3.4. Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo não pagaram ou pagarão, diretamente ou indiretamente por meio de qualquer indivíduo ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, bem como que não ofereceram, prometeram, entregaram ou entregarão, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

21.3.5. Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará *broker*, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal *broker*, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nas cláusulas 21.3.1 e 21.3.4 ou quando as ações de tal *broker*, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta cláusula 21.3.

21.3.6. As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

21.3.7. Cada PARTE deverá responder com razoável detalhamento e com suporte documental adequado a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas nesta cláusula 21.3, sendo que as PARTES não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

21.3.9. Cada PARTE ("Parte Indenizante") deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento dos compromissos e declarações previstas nesta cláusula pela Parte Indenizante e pelos membros do Grupo da Parte Indenizante. Esta obrigação não se sujeita ao limite de responsabilidade previsto na cláusula 14.4 e permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às obrigações previstas nas cláusulas 21.3.1, 21.3.4 e 21.3.5; (ii) elaborar e preparar livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das atividades da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.

21.3.11. Cada PARTE deverá providenciar, mediante solicitação razoável da outra PARTE, um certificado por escrito assinado por representante autorizado no sentido de ter a respectiva PARTE cumprido as determinações das cláusulas 21.3.1, 21.3.4 e 21.3.5.

21.3.12. Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

22.1.1. Na hipótese do item 22.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

22.2. Este CONTRATO não poderá ser alterado salvo por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

22.3. As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.

b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.

c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.

d) A SUPRIDORA obterá todas as autorizações e licenças necessárias para o cumprimento desse CONTRATO, durante todo o seu prazo.

DS


O presente CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos os atos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto, em particular os atos referentes aos procedimentos de chamada pública e das propostas nele contempladas.

Em qualquer hipótese de término do presente CONTRATO (antecipado ou não), as PARTES acordam, desde já, que os itens 7.3, 17 e 20 deverão sobreviver ao término do CONTRATO, permanecendo exigíveis e em pleno vigor os termos e condições ali dispostos, durante os prazos respectivamente previstos em tais dispositivos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – CONCORDÂNCIA DAS PARTES

23.1. As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral do CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, sendo celebrado no Município de Araraquara, Estado de São Paulo, em 2 (duas) vias de um mesmo teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

DS


Araraquara, 08 de Janeiro de 2021.

DS


COCAL ENERGIA LTDA.

DocuSigned by:
Paulo Adalberto Zanetti
P [REDACTED] Zanetti
Diretor Superintendente

DocuSigned by:
Ailton Leite dos Santos
Ailton [REDACTED] Santos
Diretor Administrativo Financeiro

GAS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A.

DocuSigned by:
Alex Sandro Gasparetto
ALEX SANDRO GASPARETTO [REDACTED]
Papel: Diretor Presidente
Data/Hora da Assinatura: 11/01/2021 13:49:24 BRT
ICP [REDACTED]
Alex Sandro Gasparetto
Diretor Presidente

DocuSigned by:
Paulo Virgilio Teixeira de Lucena
PAULO VIRGILIO TEIXEIRA DE LUCENA [REDACTED]
Papel: Diretor Técnico-Comercial
Data/Hora da Assinatura: 05/01/2021 21:46:24 BRT
ICP [REDACTED]
Paulo Virgilio Teixeira de Lucena
Diretor Técnico-Comercial

TESTEMUNHAS:

DocuSigned by:
Luís Felipe Mortarotti
N [REDACTED]
LUIZ FELIPE MORTAROTTI
[REDACTED]

DocuSigned by:
André Gustavo Alves da Silva
Nome: [REDACTED]
ANDRÉ GUSTAVO ALVES DA SILVA
[REDACTED]

Anexo I
FASE DE TESTES

1.1. A SUPRIDORA se compromete a iniciar a fase de testes até o dia 01/12/2021.

1.1.1. Admitir-se-á, por NOTIFICAÇÃO, de iniciativa de quaisquer das PARTES, desde que havida com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) DIAS do termo final inicialmente previsto no item 1.1., o adiamento do início da fase de testes por até 180 (cento e oitenta) DIAS.

1.1.2. Sem prejuízo do previsto no item 1.1.1., a SUPRIDORA encaminhará NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, com antecedência mínima de 60 (sessenta) DIAS do início da FASE DE TESTES confirmando o início da FASE DE TESTES.

1.1.2.1. A COMPRADORA, desde que motivado, poderá requerer alteração da data do início da FASE DE TESTES, desde que tal não seja superior a 15 (quinze) DIAS e seja solicitado por meio de NOTIFICAÇÃO no prazo de 72 (setenta e duas) horas após o recebimento da NOTIFICAÇÃO da SUPRIDORA de que trata o subitem 1.1.2 acima.

1.1.3. Durante a FASE DE TESTES, a COMPRADORA e ARSESP deverão ter livre acesso às instalações da UNIDADE DE TRATAMENTO DE BIOGÁS e às informações relativas aos respectivos testes de desempenho.

1.1.4. A FASE DE TESTES deverá ter a duração prevista na NOTIFICAÇÃO da SUPRIDORA de que trata o subitem 1.1.2 acima, ficando acordado que tal período não poderá ser inferior a 10 (dez) DIAS e superior a 60 (sessenta) DIAS.

o o BIOMETANO produzido na UNIDADE DE TRATAMENTO DE BIOGÁS atender às condições da Resolução ANP nº 8/2015 e Deliberação ARSESP nº 744/2017 (ou outra que vier a substituir, a SUPRIDORA emitirá NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO provisória, a fim de concluir a FASE DE TESTES, a qual será acompanhada de documentação exigida pelas resoluções supracitadas.

1.2.1. Os valores a serem considerados serão os resultados obtidos durante os 5 (cinco) últimos dias da FASE DE TESTES.

1.3. Caso se oponha aos resultados constantes da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO provisória, a COMPRADORA deverá se manifestar por NOTIFICAÇÃO, em até 10 (dez) DIAS ÚTEIS, contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO, motivando suas conclusões.

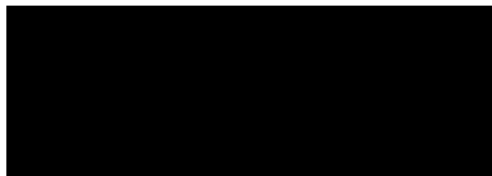
1.4. Em 10 (dez) DIAS ÚTES, a SUPRIDORA tomará as medidas corretivas apropriadas e, se necessário, deverá executar novos testes de desempenho.

1.5. Após a aceitação definitiva expressa pela COMPRADORA, dos resultados da FASE DE TESTES, a SUPRIDORA emitirá a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO definitiva da UNIDADE DE TRATAMENTO DE BIOGÁS.

1.5.1. Caso a COMPRADORA não manifeste oposição à NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO provisória em 10 (dez) DIAS ÚTEIS a contar de seu recebimento, considerar-se-ão recebidos e aceitos os resultados ali indicados.



DS



[Handwritten signature]

DS
ADS

DS
PAZ